

Uma crítica às soluções adverbialistas do paradoxo do prefácio

A Critique to Adverbial Solutions to the Paragraph Paradox

*Lucas Roisenberg Rodrigues
Universidade Federal do Paraná*

Resumo

O paradoxo do prefácio é um aparente contraexemplo à tese de que a consistência é uma exigência da racionalidade. O paradoxo foi primeiramente apresentado pelo lógico David Makinson, e tem sido objeto de um crescente interesse nos debates contemporâneos sobre racionalidade e justificação. Este artigo visa apresentar o problema, e depois mostrar as graves deficiências da resposta mais comum e intuitiva ao paradoxo, que eu denominei de “solução adverbial”. No artigo, analisei como ela é proposta por três autores: Lacey, New e Eynine.

Palavras-chave

Paradoxo do Prefácio, Racionalidade, Inconsistência, Paradoxo Epistêmico, Justificação, Solução Adverbial.

Abstract

The preface paradox is a presumptive counterexample to the thesis that consistency is a necessary condition of rationality. The paradox was brought to light by the logician David Makinson, and there has been a growing debate about the paradox in the contemporary debates about rationality and justification. The article first explains the problem, and then it shows the deep weakness of the most intuitive answer to the paradox, the one i have called “adverbial solution”. In the article, i have explained and criticized the solution as proposed by three distinct authors: Lacey, New e Eynine.

Keywords

Preface Paradox, Rationality, Inconsistency, Epistemic Paradox, Justification, Adverbial Solution

1 - Explicação do paradoxo

O paradoxo do prefácio consiste em uma situação, ao que tudo indica relativamente comum, na qual uma pessoa, ao refletir sobre a sua própria falibilidade, infere que ela própria não pode estar certa em tudo o que crê, seja em um domínio específico de suas crenças, como proposto originalmente por Makinson (1965), seja no domínio mais geral de todas as suas crenças – esse último denominado por Doris Olin (2003) de “Paradoxo da Falibilidade”¹. Como este tipo de afirmação é praxe em livros acadêmicos, exemplificada quando um autor prefacia alguma de suas obras afirmando que algum erro foi cometido em algum lugar ainda não identificado, e antecipadamente assume a responsabilidade pelos futuros erros, o problema foi denominado justamente de “paradoxo do prefácio” por Makinson (1965). Este reconhecimento de falibilidade, tão comum quanto aparentemente inócuo, produz resultados inesperados.

Mantendo o foco no exemplo original de Makinson (1965), e tendo em mente que se trata *apenas de* um exemplo, irei agora tentar explicar o problema. Suponhamos que um determinado autor, denominemo-lo “Silva”, acaba de escrever um livro. Digamos ainda que o autor foi extremamente cuidadoso em cada sentença que escreveu, e que tem justificção para crer em cada proposição expressa no livro.

1 - Este artigo é baseado, em larga medida, em alguns capítulos da minha dissertação de mestrado, que pode ser conferida em Rodrigues (2012).

O conjunto de proposições do livro é o conjunto P_1, P_2, \dots, P_n de n proposições. Assim, o autor tem justificação para crer em cada uma das seguintes proposições:

$$(I) P_1, P_2, \dots, P_n^2$$

Silva também tem razão para crer que há ao menos alguma proposição falsa no livro. Seu livro contém uma imensa quantidade de detalhes e informações, e é *extremamente* improvável que o autor esteja correto em todas as crenças que expressou no livro. Afinal, ele é um escritor como qualquer um dos demais – sabe que cometeu erros em muitas situações similares a esta. Não seria racional ou razoável julgar que o mesmo deve estar acontecendo no momento presente? Que razão haveria para julgar que a presente situação é diferente das demais? Assim, Silva tem razão para crer que:

$$(II) \text{ Há uma proposição } P_i \text{ tal que } P_i \text{ está contida no texto principal do livro, e } P_i \text{ é falsa}^3.$$

É verdade que “ P_1, P_2, \dots, P_n ” são todas as proposições do livro e, por hipótese, Silva tem justificação ou autorização para crer que:

$$(III) \text{ “} P_1, P_2, \dots, P_n \text{” são todas as crenças do texto principal do livro.}$$

Ora, (II) e (III) fornecem razão para crer que:

2 - Deve-se reparar que “ P_1, P_2, \dots, P_n ” é um conjunto ou lista de proposições, não uma proposição. Por brevidade, expressões do tipo “crença em “ P_1, P_2, \dots, P_n ”” são consideradas como sinônimos de expressões do tipo “a crença em cada proposição pertencente ao conjunto “ P_1, P_2, \dots, P_n ””.

3 - É importante introduzir a cláusula “no texto principal do livro” na proposição do prefácio. Caso contrário, o paradoxo do prefácio tornar-se-ia apenas uma versão diferente do paradoxo do mentiroso. Estipulemos que “texto principal do livro” significa texto completo do livro, com exceção do prefácio. Agora suponhamos que a proposição do prefácio não esteja restrita ao texto principal do livro, mas diga respeito ao livro em sua totalidade. Nesse caso, se ela for falsa, então ela é verdadeira, pois existe ao menos uma proposição falsa no livro, a saber, ela mesma. Portanto, ela é uma falsidade necessária, e alguma outra sentença do livro deve ser falsa. Ora, é absurdo que simplesmente inserir uma sentença como esta falsifique outra sentença do livro, *independentemente do conteúdo do mesmo livro*. Além do mais, se o livro em questão fosse composto apenas por proposições necessariamente verdadeiras, então alguma proposição necessariamente verdadeira seria falsa, o que é absurdo. Consequentemente, considera-se que proposição do prefácio não está incluída no texto principal do livro.

$$(IV) \sim (P_1 \& P_2 \dots \& P_n)^4.$$

De (I) pode-se inferir que $(P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$. Por exemplo, é verdade que sou gaúcho e que sou de Porto de Alegre. Dessas duas primeiras proposições, infiro a proposição “sou um gaúcho de Porto Alegre”, a qual pode ser analisada como “sou gaúcho e sou de Porto Alegre”.

Digamos que P e Q impliquem $(P \& \sim P)$. Se P e Q pudessem ser verdadeiras, então seria possível que $(P \& \sim P)$ fosse verdadeira. Ora, é impossível que $(P \& \sim P)$ seja verdadeira. Portanto, é impossível que P e Q sejam verdadeiras, ou seja, o conjunto é inconsistente. Assim, (I) e (IV) formam o seguinte conjunto:

$$(V) P_1, P_2, \dots, P_n, \sim (P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$$

Todavia, P_1, P_2, \dots, P_n implicam $(P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$. Dessa forma, o conjunto (V) implica $(P_1 \& P_2 \dots \& P_n) \& \sim (P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$. Portanto, o conjunto implica uma contradição e é um conjunto inconsistente.

Contudo, parece que Silva tem razão para crer tanto em (I) quanto em (IV), que formam o conjunto inconsistente (V). Por conseguinte,

Consequência 1 (C1): Pode-se ter justificação para acreditar em proposições inconsistentes.

Consideremos agora o seguinte princípio:

FR (fechamento da racionalidade): se é racional para S crer em P, e Q é dedutível de P, então é racional para S crer em Q com base em P.

FR simplesmente afirma que quando uma crença é racional ou justificada, então ela própria é uma razão adequada ou justificada para crer no que se segue dela, i.e., nas suas consequências lógicas. Assim, se um sujeito S possui justificação para crer em P, e Q é dedutível de P, tudo o que precisaria fazer para crer racionalmente em Q seria simplesmente

4 - Ao longo do texto, empreguei “&” para simbolizar o operador lógico da conjunção, e “~” para simbolizar o operador lógico da negação.

inferir Q a partir de P. Uma proposição P implica Q se é impossível que P seja verdadeira e Q seja falsa. Uma inferência é válida quando a conclusão é uma consequência lógica das premissas.

O princípio FR procura capturar e expressar um fato epistêmico trivial, de que crenças racionais autorizam ou justificam as crenças em suas consequências lógicas.

Se FR é correto, então é racional para Silva crer em (V) a partir de (I). Combinando (IV) e (V), temos que é racional para ele crer que:

$$(VI) (P_1 \& P_2 \dots \& P_n) \& \sim (P_1 \& P_2 \dots \& P_n).$$

Ora, (VI) é contraditória. Consequentemente,

Consequência 2 (C2): é possível ter justificação para crer em contradições.

As conclusões a que chegamos em nossa apresentação do paradoxo do prefácio são contundentes, e o problema não pode ser simplesmente ignorado, em função das suposições que coloca em cheque e dos importantes tópicos epistemológicos que estão conectados a ele. Considerando-se isto, alguma coisa deve estar errada no raciocínio em algum dos pressupostos ou mesmo em algum dos princípios que assumimos. Mas onde está, afinal, o erro? Como evitar as conclusões absurdas de C1 e C2?

2 - Analisando as soluções

Uma resposta comum ao paradoxo do prefácio consiste em alegar que o autor do livro está autorizado apenas a crer que provável ou possivelmente existem erros no livro. Denomino esse tipo de proposta de “solução adverbial”. Essa é a resposta mais natural ao problema, e foi sugerida por diversos autores. A seguir, vemos como alguns deles os defenderam.

2.1 - A Solução de Lacey

A primeira sugestão de uma solução adverbial foi proposta por Lacey (1970). Segundo ele, a proposição do prefácio é expressa por meio de uma sentença elíptica, na qual, para evitar pedantismo, o advérbio “provavelmente” é omitido. Lacey escreve:

Suponha que ele [o livro] contenha apenas dois enunciados, S1 e S2, e que o escritor acredite que cada um deles possui a probabilidade de 2/3 de ser verdadeiro. Então, pelo cálculo de probabilidades, ele deveria assumir que a conjunção deles tem a probabilidade de 4/9, por exemplo, menos que a metade. Agora, nós costumeiramente asserimos um enunciado quando não estamos certos dele. Estritamente falando, devemos inserir algo como “provavelmente” nestes casos, mas esta omissão é frequentemente perdoada para evitar pedantismo. Contudo, como asserir que P é o mesmo que asserir “P ao invés de não-P”, se pensarmos que a probabilidade de P é não mais que a metade, então, com certeza, não é pedantismo insistir que não devemos asseri-lo. (LACEY,1970, p. 614)

Quando reinterpretado o paradoxo da forma sugerida por Lacey, a inconsistência desaparece, visto que “Se nós inserimos ‘provavelmente’, então ele [o autor] está consistentemente dizendo ‘provavelmente S1 e provavelmente S2, mas provavelmente ‘não S1 e S2’”.

De acordo com a sugestão de Lacey, o conjunto final de crenças justificadas para o autor teria a forma “provavelmente P_1 , provavelmente P_2 ... provavelmente P_n , provavelmente (P_1 & P_2 ... & P_n)”. Ora, esse último conjunto é consistente. Consequentemente, o paradoxo do prefácio não demonstra que pode haver crenças racionais e inconsistentes.

Um dos grandes problemas dessa solução, e que parece comum a outras soluções, é o uso ambíguo, geralmente confuso, do termo “probabilidade” e do predicado “é provável que”. Existem, pelo menos, dois tipos fundamentais de probabilidade.

Considere as quatro proposições probabilísticas a seguir:

(A) “a probabilidade de um lançamento de uma moeda não viciada resultar em coroa é 1/2”;

(B) “é mais provável que um fumante desenvolva câncer de pulmão que um

não fumante”;

(C) “é provável que a teoria da relatividade seja verdadeira”;

(D) “é provável que o universo tenha um início no tempo”.

As duas primeiras dizem respeito a características objetivas do mundo. A probabilidade de resultar coroa é uma propriedade da moeda (ou do lançamento da moeda) e não parece depender de qualquer uma das minhas crenças sobre o assunto. Mais especificamente, a probabilidade da moeda resultar em coroa seria a mesma, ainda que não houvesse qualquer evidência para qualquer pessoa a esse respeito. Da mesma forma, a proposição (B) parece apenas expressar uma característica objetiva do mundo externo, que não depende das nossas crenças e evidências. Esse tipo de probabilidade é frequentemente denominado de “probabilidade estatística” ou “física”. Existem diferentes caracterizações do conceito de probabilidade estatística, mas a definição padrão afirma que a probabilidade estatística é simplesmente a frequência de um evento relativa a uma classe de referência. Assim, a probabilidade do lançamento de uma moeda resultar em coroa seria simplesmente a frequência do resultado “coroa” em uma classe de referência, no caso, a classe de todos os lançamentos da moeda.

As proposições (C) e (D) não podem ser entendidas da mesma forma. Particularmente, elas estão, explícita ou implicitamente, ancoradas em nossa evidência para cada uma delas. Ao dizer que é provável que a teoria da relatividade seja verdadeira, estamos sugerindo que existe certo tipo de apoio evidencial favorável à proposição de que a teoria da relatividade é verdadeira. Aliás, é justamente esse sentido epistêmico de probabilidade que os filósofos têm em mente quando, com alguma frequência, distinguem entre o que é conhecido com certeza e o que é meramente provável.

Digamos que a probabilidade de um fumante X desenvolver câncer de pulmão seja de 40%, o que caracterizamos anteriormente como probabilidade estatística. Disso, segue-se que é improvável que o fumante X tenha câncer de pulmão? Bem, depende do que você considera uma probabilidade alta ou boa, e que padrões você usa para avaliar algo como provável ou improvável. A proposição “é improvável que o fumante X desenvolva câncer de pulmão” tem um componente avaliativo implícito, relativo ao valor epistêmico da proposição e como ela se relaciona com a evidência, que está claramente ausente na primeira proposição, que afirmava apenas que existia uma probabilidade de 40% do fumante X desenvolver câncer de pulmão.

A probabilidade epistêmica é normalmente caracterizada como a medida do apoio

evidencial, ou plausibilidade, de uma determinada proposição em função da evidência. Assim, por exemplo, quando alguém diz que “é muito provável que Deus exista” ou “é provável que a teoria da relatividade seja verdadeira”, está empregando o sentido epistêmico de probabilidade. Assim, constatamos que de fato existem bons motivos para se distinguir entre dois gêneros de probabilidade: estatística e epistêmica. Quanto ao que me concerne, emprego preferencialmente o sentido epistêmico de probabilidade na formulação e discussão do paradoxo do prefácio, ainda que muitos autores que tratam do problema não façam qualquer distinção entre os dois tipos de probabilidade.

Feitas essas ressalvas, podemos agora avaliar a solução. A proposta de Lacey possui alguns problemas, alguns deles apontados por Olin (2003). Em primeiro lugar, a solução de Lacey implica um absurdo, qual seja, que uma imensa parcela de nossas crenças, todas das quais não estamos absolutamente certos, são crenças sobre relações de probabilidade. Ora, isto implicaria em uma modificação extremamente implausível do conteúdo de muitas de nossas crenças (grande parte delas), uma vez que a crença sem certeza absoluta (i.e., máxima) de que “P” e a crença de que “provavelmente P” têm condições de verdade distintas. Por exemplo, a minha crença de que amanhã provavelmente vai chover tem condições de verdade diferentes da crença de que amanhã vai chover. Pode ser verdade que vá chover sem que isto tenha sido, em qualquer momento, um evento provável, e de maneira inversa, certas proposições podem ser prováveis sem que elas sejam de fato verdadeiras. Conforme salientou Olin (2003), “P” e “provavelmente P” não podem ser equivalentes; caso contrário, a inconsistência não seria eliminada.

Além do mais, parece simplesmente gratuita a alegação de que cada uma das P_1, P_2, \dots, P_n seja respectivamente “provavelmente P_1 , provavelmente P_2, \dots provavelmente P_n ”. Afinal de contas, o livro em questão poderia conter apenas afirmações categóricas, sem a qualificação probabilística adicional. Contudo, é inicialmente plausível a sugestão de que a proposição do prefácio tem a forma proposta por Lacey, e que o autor tem razão para acreditar que provavelmente há algum erro no livro, mas não tem razão para acreditar, sem a qualificação probabilística adicional, que existem erros no livro.

O problema é que de acordo com FR, se S está justificado em crer em cada uma das P_1, P_2, \dots, P_n , então S está justificado em crer que $(P_1 \ \& \ P_2 \dots \ \& \ P_n)$. Contudo, se S acredita que é provável que $\sim(P_1 \ \& \ P_2 \dots \ \& \ P_n)$, e tem razão para crer em $(P_1 \ \& \ P_2 \dots \ \& \ P_n)$, então S tem razão para crer que:

$$(P_1 \ \& \ P_2 \dots \ \& \ P_n) \ \& \ \text{Provavelmente } \sim(P_1 \ \& \ P_2 \dots \ \& \ P_n)$$

O problema é que “provavelmente $\sim P$ ”, sob essas circunstâncias, implica (ou, pelo menos, sugere) que a evidência favorece $\sim P$ em detrimento de P , que $\sim P$ é mais bem apoiado pela evidência que P . E se a evidência favorece $\sim P$, por que afinal continuar acreditando em P ? O mais recomendado é a suspensão de juízo. Assim, crenças da forma “ P & Provavelmente $\sim P$ ” não são justificadas ou racionais. Por exemplo, seria irracional crer que vai chover amanhã e provavelmente não vai chover amanhã. Alguém poderia objetar que podemos ter justificção para crer em algo que sabemos improvável. Por exemplo, se eu viesse a testemunhar um evento tido como improvável de ocorrer, teria justificção para crer que aquele evento ocorreu, ainda que a ocorrência do evento seja improvável. Entretanto, existe um problema nessa objeção.

Algumas probabilidades são ditas “condicionais”, isto é, avalia-se a probabilidade de uma proposição ou evento, sob a condição de que alguma outra proposição seja verdadeira. Ora, um evento pode ser provável sob uma condição X , mas o mesmo evento pode não ser provável se for condicionado em Y . Assim, é exatamente isso que parece estar acontecendo nesse caso. À luz da evidência total disponível, que inclui a percepção do evento, a sua ocorrência já não é improvável. Em função de todas essas considerações, “ P & provavelmente $\sim P$ ” é, no mínimo, problemática e questionável. Assim, a solução de Lacey não pode ser considerada satisfatória.

2.2 A Solução de New

A proposta de New (1978) é muito semelhante à de Lacey e consiste também em uma reinterpretação probabilística das proposições do livro. Segundo New, a crença na proposição do prefácio deve reduzir na mesma proporção à confiança em cada uma das $P_1, P_2 \dots P_n$. Segundo New, isso é suficiente para afirmar que a crença em cada uma das proposições é uma crença “fraca”, visto que:

Se alguém acredita em S_1 , então acredita com algum grau de convicção – forte ou fraco. E se ele acredita fortemente que S_1 , então ele acredita que muito provavelmente S_1 – a força de sua crença é proporcional a, uma expressão de, sua avaliação da probabilidade de que S . (NEW, 1978, p.342)

Assim, se cada uma das crenças individuais do livro é enfraquecida pela contra

evidência de que alguma delas é falsa, então “ P_1, P_2, \dots, P_n ” devem ser reinterpretadas como respectivamente:

Provavelmente P_1 , provavelmente P_2 ... provavelmente P_n .

Como o conjunto acima é consistente com $\sim (P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$, parece que o paradoxo foi solucionado.

Entretanto, existem alguns problemas na solução de New, conforme já apontou Williams (1987). Suponha, para fins de argumentação, que New esteja correto quanto à necessidade de diminuir a confiança em cada uma das proposições contidas no livro. De que forma isto solucionaria o paradoxo do prefácio? Do fato de que a força de minha crença em P deve ser de alguma forma diminuída não segue que devo crer apenas que provavelmente P , em vez de crer simplesmente que P . Afinal, seria preciso acrescentar que o enfraquecimento das crenças é suficiente para obrigar a passagem do categórico “é verdade que P ” ao probabilístico “é provável que P ”. Contudo, New não demonstra isto, nem parece ter dado quaisquer argumentos com esta finalidade.

Todavia, existe outro problema ainda mais grave. Conforme vimos anteriormente, “ P ” e “provavelmente P ” devem ser distintas, e o autor do livro deve crer apenas que “provavelmente P ”; caso contrário, a solução adverbial não conseguiria escapar da aceitação de inconsistências racionais. Consequentemente, ao alegar que o autor do livro deve crer que “provavelmente P_1 , provavelmente P_2 ... provavelmente P_n ”, New deveria também admitir que o autor *não* crê que “ $P_1, P_2 \dots P_n$ ”.

Contudo, se existem apenas três alternativas doxásticas (crença, descrença e suspensão de juízo), e o autor *não* crê que “ $P_1, P_2 \dots P_n$ ”, então o autor deve suspender o juízo ou negar que “ $P_1, P_2 \dots P_n$ ”. Porém, seria uma atitude cética rejeitar todo o livro de uma vez apenas porque temos razão para crer que alguma proposição do livro é falsa. Uma resposta cética ao paradoxo do prefácio, embora seja possível, é, *pelo menos*, tão chocante quanto a própria aceitação da racionalidade de crenças inconsistentes, e devemos considerar alternativas menos problemáticas antes de optar por esse caminho.

Sem dúvida, alguém poderia responder que o autor não necessita rejeitar o livro como um todo: ele poderia rejeitar alguma proposição em particular. Todavia, não há qualquer razão para preferir qualquer uma das $P_1, P_2 \dots P_n$ ao invés da outra. É dessa forma que o exemplo foi caracterizado e não parece haver qualquer razão para acreditar que isso não é

possível. Assim, ao que tudo indica, a escolha deve ser arbitrária. Contudo, o que cremos ou deixamos de crer não pode ser simplesmente resultado de uma escolha arbitrária. Somos obrigados a escolher entre a rejeição do livro inteiro (i.e., uma resposta cética) e a escolha arbitrária – nenhuma das alternativas parece satisfatória. Dadas essas considerações, concluímos que New também não oferece uma solução adequada.

2.3 - A Solução de Evnine

Evnine (1999) também ofereceu uma solução interessante ao paradoxo do prefácio. Como ele também afirmou que o autor apenas está justificado a crer que possivelmente ou provavelmente foram cometidos erros no livro, podemos enquadrar sua proposta em uma solução adverbialista. A sua proposta pode ser condensada em dois argumentos, aos quais denomino argumento “I” e “II”.

Argumento I

A proposição do prefácio não é inconsistente com “ P_1, P_2, \dots, P_n ”, visto que ela não é equivalente à negação da conjunção de todas as proposições contidas no livro, i.e, não é equivalente a $\sim(P_1 \& P_2, \dots \& P_n)$, quando “ P_1, P_2, \dots, P_n ” são todas as proposições do livro. As duas proposições têm conteúdos e formas distintas. Um sujeito S poderia acreditar que existe algum erro no livro sem acreditar que $\sim(P_1 \& P_2, \dots \& P_n)$, mesmo que “ P_1, P_2, \dots, P_n ” sejam todas as proposições do livro, pois S poderia não saber ou não acreditar que “ P_1, P_2, \dots, P_n ” são todas as proposições do livro. Além do mais, “existe alguma proposição falsa no livro” não implica que $\sim(P_1 \& P_2, \dots \& P_n)$, pois é apenas a combinação de “ P_1, P_2, \dots, P_n ” são todas as proposições do livro” com “existe alguma proposição falsa no livro” que implica $P_1 \& P_2, \dots \& P_n$. Por conseguinte, o paradoxo do prefácio, pelo menos em sua versão original, não demonstra que pode haver crenças inconsistentes e racionais.

Argumento II

A proposição do prefácio não é justificada, visto que a falibilidade humana autoriza apenas a crença de que *pode* haver crenças falsas. Conforme afirma Evnine,

A crença de que algumas de nossas crenças podem ser falsas explica melhor a razão da

modéstia epistêmica do que a crença de que alguma de nossas crenças é falsa. Modéstia é apropriada porque nossos meios de formação de crenças possuem uma disposição para falhar [are prone to failure]. Porém, a não confiabilidade, embora um defeito em si mesmo, não é garantia de uma falha efetiva. (EVNINE, 1999, p. 204)

Ora, se inserirmos o “possivelmente” na proposição do prefácio, a inconsistência desaparece. Assim, de acordo com Evnine, o paradoxo do prefácio não demonstra que pode haver crenças inconsistentes e racionais.

Inicialmente, o argumento I parece correto, pois a proposição do prefácio não tem a forma $\sim(P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$. O fato apontado por Evnine foi ignorado por vários autores que trataram do paradoxo do prefácio. Muitos deles afirmaram explicitamente, ou pelo menos supuseram tacitamente, que a proposição do prefácio tem a forma $\sim(P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$, onde P_1, P_2, \dots, P_n são todas as proposições do livro.

Vejamos alguns exemplos. No artigo em que foi formulado pela primeira vez o paradoxo, Makinson (1965) escreve:

Entretanto, dizer que nem tudo que eu assiro neste livro é verdadeiro é dizer que, ao menos um enunciado [statement] neste livro é falso. Isto é o mesmo que dizer que ao menos um dos $S_1 \dots S_n$ é falso, onde $S_1 \dots S_n$ são as proposições do livro; isto é o mesmo que dizer que $(S_1 \dots \& S_n)$ é falso; isto é o mesmo que dizer que $\sim(S_1 \dots \& S_n)$ é verdadeiro. O autor que escreve e acredita em cada um dos $S_1 \dots S_n$, e ainda em um prefácio assere e acredita que $\sim(S_1 \dots \& S_n)$, parece estar procedendo muito racionalmente. (MAKINSON, 1965, p.205)

Williams (1987) apresenta o paradoxo assim:

Entretanto, ele também tem a evidência el' para a crença geral que nem todos os $S_1 \dots, S_n$ são verdadeiros. No prefácio, ele expressa esta crença de que $\sim(S_1 \& S_2 \dots S_n)$, ao mesmo tempo em que acredita em cada proposição do livro. (WILLIAMS, 1988, p. 122)

Contudo, ainda que a crítica de Evnine tenha alguns méritos, ela não parece solucionar

o paradoxo de maneira plena. Se o autor do livro possui justificação para crer em cada uma das P_1, P_2, \dots, P_n , e justificção para crer que alguma das proposições contidas no livro é falsa, então ele possui justificção para crer que ao menos alguma das P_1, P_2, \dots, P_n é falsa, i.e., que $\sim(P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$ ⁵. A inferência seria autorizável ou legítima, e o paradoxo do prefácio não perderia sua força, ou importância, se o autor apenas tivesse razão ou justificção para crer em inconsistências. O problema diz respeito ao que alguém tem razão para crer, ao que é apropriado para um sujeito crer em uma dada situação epistêmica.

Talvez se pudesse contra argumentar que a apreensão de uma proposição tão complexa e extensa como $(P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$ estaria além de todas as capacidades cognitivas humanas, e que a inferência de $\sim(P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$ a partir da proposição do prefácio depende da crença intermediária de que P_1, P_2, \dots, P_n são todas as proposições do livro. Como é implausível supor que um ser humano poderia realizar uma inferência tão longa e complexa, e apreender ou compreender cada um dos passos intermediários deste raciocínio, o paradoxo coloca exigências e condições muito pouco realistas e, de certa forma, insustentáveis.

Contudo, pode-se perguntar: seria realmente implausível que Silva, em nosso exemplo, pudesse ter justificção para crer que “ P_1, P_2, \dots, P_n ” são todas as proposições do livro? Para entender como isto poderia acontecer, basta apenas retomar o princípio FR que expusemos quando apresentamos o Paradoxo do prefácio.

Digamos que Silva tenha justificção para crer que “ P_1 ” é uma proposição do livro, que “ P_2 ” é uma proposição do livro, e assim por diante. Para cada uma das proposições do livro, Silva possui, a respeito dela, a crença de que ela faz parte do livro. Ora, aplicando o princípio FR, podemos inferir que Silva possui justificção para crer que “ P_1, P_2, \dots, P_n ” são todas as proposições do livro, mesmo que ele de fato não creia que “ P_1, P_2, \dots, P_n ” sejam todas as proposições do livro e nunca venha a realizar a inferência.

Todavia, se a argumentação anterior não for satisfatória, existe ainda outra resposta para essas objeções: as crenças inconsistentes e justificadas poderiam ser obtidas por vias alternativas. Uma sugestão interessante de como isto poderia acontecer é dada por Christensen (2004):

Certamente um autor que estivesse prestando atenção poderia apreender [entertain] a conjunção das duas primeiras alegações do livro e reconhecer a

5 - Acrescentei “ P_1, P_2, P_n ” são todas as proposições do livro” em minha versão do paradoxo antecipando esta objeção, e com vistas a tornar válida a inferência do autor do livro. Já foi apontado por Almeida (2011) que poderíamos apenas empregar o conceito de justificção proposicional na formulação do paradoxo do prefácio, sem qualquer tipo de prejuízo ou problema.

equivalência material desta conjunção com a proposição (1) as duas primeiras alegações deste livro são verdadeiras e poderia, pelo princípio do fechamento, vir a acreditar em (1). Ele também poderia então facilmente apreender a conjunção de (1) com a terceira alegação do livro. Nosso limitado princípio de fechamento autorizaria a crença nesta conjunção. O reconhecimento da equivalência desta última alegação com (2) as três primeiras alegações do meu livro são verdadeiras conduziria, por um raciocínio similar, à crença em (2), e assim por diante, até que fosse alcançada a crença de que todas as proposições do livro são verdadeiras. (CHRISTENSEN, 2004, p.38-9)

Ora, se é possível a situação sugerida por Christensen, então se pode facilmente conceber uma versão do paradoxo do prefácio na qual o autor possui de fato crenças justificadas e contraditórias, o que seria ainda mais desconcertante que a inconsistência pura e simples.

O segundo argumento de Evidine também não resolve o problema. Em vez disso, apenas o confirma e aprofunda. Se nossas faculdades cognitivas não são confiáveis, e possuímos uma disposição para errar, então há mais razão ainda para crer na proposição do prefácio. Se sei que a minha visão não é confiável, então tenho uma razão muito forte para julgar que *alguma* das crenças formada com base na visão deve ser falsa, e a mesma linha de raciocínio aplicar-se-ia para qualquer outra faculdade cognitiva.

Além do mais, Evidine afirma explicitamente que a crença na falibilidade humana é justificada pela não confiabilidade de nossas faculdades cognitivas. Isso é certamente contestável, e poucos aceitaram essa premissa, visto que ela conduziria diretamente ao ceticismo. Não seria vantajoso ter de aceitar o ceticismo para resolver o paradoxo do prefácio. O que é suficiente para mostrar que é inadequada a proposta de Evidine.

3 - Conclusão

Conforme vimos, a solução adverbial do paradoxo do prefácio mostrou-se deficiente. Nenhuma das variações da solução que examinamos, representada por cada um dos autores criticados, revelou-se capaz de oferecer uma alternativa viável. Com efeito, mesmo a versão probabilística da proposição do prefácio gera outros problemas, especialmente comprometer-nos com a possível racionalidade de crenças em proposições do tipo “P & provavelmente $\sim P$ ”, o que apenas confirma a dificuldade de encontrar uma solução

intelectualmente satisfatória do problema.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, C. **Epistemic closure, skepticism and defeasibility**, 2011. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/68620107nw0x4430/?MUD=MP>. Acessado em 31/05/2014

CHRISTENSEN, D. **Putting logic in its place**. Oxford University Press:USA, 2004.

EVNINE, S. J. *Believing conjunctions*. **Synthese**, v. 118, n. 2, p. 201–227, 1999.

LACEY, A. *The Paradox of the Preface*. **Mind**, v. 79, n. 316, p. 614, 1970.

MAKINSON, D. C. *The paradox of the preface*. **Analysis**, v. 25, n. 6, p. 205–207, 1965.

NEW, C. *A Note on the Paradox of the Preface*. **The Philosophical Quarterly**, v. 28, n. 113, p. 341–344, 1978.

OLIN, D. **Paradox**. Montreal CAN: McGill-Queen's University, 2003.

RODRIGUES, Lucas Roisenberg. *Inconsistência e racionalidade: uma introdução ao paradoxo do prefácio*. 2012, p.73. Dissertação de Mestrado (mestrado em filosofia) - Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2012.

WILLIAMS, J. N. *The preface paradox dissolved*. **Theoria**, v. 53, n. 2-- 3, p. 121–140, 1987.